

# O discurso da seca e da crise hídrica: uma análise do Cinturão das Águas do Ceará

*Drought discourse and water crisis: an analysis the “Ceará Water Belt”*

*El discurso de la sequía y de la crisis del agua: un análisis del “Cinturón de Aguas de Ceará”*

Josier Ferreira da Silva <sup>a</sup>  
Francisco Wlirian Nobre <sup>b</sup>

<sup>a</sup>Professor Associado da Universidade Regional do Cariri, Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.  
End. Eletrônico: josiersilva@ig.com.br

<sup>b</sup>Mestrando em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.  
End. Eletrônico: lironobre@yahoo.com.br

doi:10.18472/SustDeb.v7nEsp.2016.18756

Recebido em 10.05.2016

Aceito em 05.10.2016

ARTIGO

## RESUMO

Este estudo tem o objetivo de analisar como o discurso da seca no Nordeste brasileiro vem ao longo da história legitimando verdades que influenciam a criação de políticas públicas que não dialogam com a semiaridez da região. Usando a metodologia de análise de discurso chegou-se a um entendimento de que a perpetuação do discurso de combate à seca ainda é utilizado para a execução de grandes obras hídricas com objetivos de atender às novas demandas e novos territórios da acumulação capitalista. No Ceará, estado que se reestrutura para atender à economia globalizada, a polêmica obra do Cinturão das Águas do Ceará – CAC vem sendo defendida como a solução definitiva para a escassez hídrica no estado. Essa ideia é reforçada nas matérias jornalísticas do jornal cearense Diário do Nordeste contribuindo para uma imagem estigmatizada da seca.

**Palavras-chave:** Seca. Discurso. Crise hídrica. Cinturão das Águas do Ceará.

## ABSTRACT

*The main goal of this study is to analyze how the discourse about drought in the Brazilian Northeast has legitimized throughout history truths that influence the creation of public policies that do not interact with region's semiarid status. Using discourse analysis methodology we conclude that the perpetuation of “fight the drought” discourse is still used to justify the implementation of large water*

*projects conceived to service new demands and new territories of capitalist accumulation. In the state of Ceará, which has restructured itself in order to be in line with the globalized economy, the controversial construction of the “Ceará Water Belt” has been defended as the final solution for local water scarcity. This idea is reinforced in journalistic materials published in Ceará’s newspaper Diário do Nordeste, reinforcing the stigmatized image of the drought.*

*Keywords: Drought. Discourse. Shortage of water. Ceará Water Belt.*

## RESUMEN

*Este estudio pretende analizar cómo el “discurso de la sequía” en el Nordeste de Brasil viene a lo largo de la historia legitimando verdades que influyen en la creación de políticas públicas que no dialogan con la semiaridez la región. Utilizando la metodología de análisis del discurso se llegó al entendimiento de que la perpetuación del discurso de lucha contra la sequía todavía es utilizada para la ejecución de grandes obras hidráulicas con el objeto de atender nuevas demandas y nuevos territorios de la acumulación capitalista. En Ceará, estado que se reestructura para atender a la economía globalizada, la polémica obra del “Cinturón de Aguas de Ceará” - CAC viene siendo defendida como la solución definitiva a la escasez de agua en el estado. Esta idea se refuerza en las noticias del periódico de Ceará “Diário do Nordeste” contribuyendo a una imagen estigmatizada de la sequía.*

*Palabras clave: Sequía. Discurso. Crisis del agua. Cinturón de Aguas de Ceará.*

## INTRODUÇÃO:

A região Nordeste do Brasil se apresenta como um espaço constituído de diversos problemas sociais e econômicos que foram atribuídos à questão climática. Para Albuquerque Júnior (2011), esse Nordeste da seca, do calor e da pobreza tido como região problema é uma invenção recente na história brasileira. A seca, institucionalizada no século XIX, ainda é utilizada e reforçada na mídia e no meio artístico como um poderoso instrumento da política regionalista.

As políticas públicas para a região foram se ancorando em imagens historicamente construídas. Imagens trágicas foram se forjando fazendo uma relação muito forte entre subdesenvolvimento e clima. “A descrição das misérias e horrores do flagelo tenta compor a imagem de uma região abandonada, marginalizada pelos poderes públicos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 72). A seca construída por um discurso regionalista alicerçada no meio artístico e midiático acabou por ficar presa no senso comum da população e cristalizada no ambiente político (LEITÃO; SANTOS, 2012).

O que se tem construído como alternativa em resposta ao fenômeno climático foi fruto de uma representação superficial que atende apenas aos anseios da elite política nordestina. O uso político da seca foi utilizado para garantir recursos e projetos desastrosos baseados em grandes obras hídricas ou programas emergenciais que antes de amenizar reforçava uma relação social patronal e clientelista.

Essa construção política estrategicamente orquestrada ainda reflete em pleno século XXI quando as elites se aproveitam da vulnerabilidade estrutural para a implantação de programas hídricos. Isso está posto no Cinturão das Águas do Ceará – CAC. Segundo o governo do estado, esse ambicioso empreendimento modernizará a economia empresarial cearense contribuindo para mudar as dificuldades advindas dos efeitos da seca. O que a justificativa do governo omite é o aumento excessivo da água e os impactos socioambientais que o atual modelo hídrico provoca.

Mediante esses questionamentos, o referido trabalho tem como objetivo analisar como o discurso da seca no Nordeste brasileiro vem ao longo da história legitimando verdades que influenciam a criação de políticas públicas que não dialogam com a semiaridez da região. Pretende-se suscitar algumas reflexões sobre a análise do discurso a partir das informações transmitidas por um jornal impresso de grande expressão. Para ir além das reportagens veiculadas é necessário compreender o seu discurso observando a sua materialidade simbólica (ORLANDI, 1999).

Foram analisadas 290 matérias do jornal Diário do Nordeste nos anos de 2013, 2014 e 2015. Na coleta de dados comprovou-se que o discurso de combate à seca reforça produções discursivas com subjetividades demasiadamente arraigadas à questão climática.

Acrescido de um longo período de estiagem que assola o Nordeste nos últimos anos o discurso de combate à seca revela inúmeros interesses em jogo. São discursos que trazem desde os aspectos mais conservadores, reacionários e oligárquicos até aspectos modernizadores com forte articulação no mercado global e as novas tecnologias. Longe de ser uma unanimidade os discursos vão se metamorfoseando sem mudanças estruturais para a questão da seca nordestina.

Nesse aparelhamento discursivo é possível identificar uma crescente visão crítica tanto ao tradicionalismo do combate à seca como na modernização conservadora. É justamente na contramão desse paradigma discursivo que a sociedade civil organizada tenta pautar a ideia de convivência com a seca em que as questões do mercado não estão no centro da proposta. A ideia parte do princípio de que os problemas da região estão na permanência das estruturas de poder e das velhas oligarquias agrárias e seus descendentes que usam novos meios para se preservarem no poder.

Sem um aprofundamento do tema, as matérias veiculadas no jornal Diário do Nordeste fortalecem a noção de combate à seca. O jornal reproduz o pensamento dominante e não provoca o leitor a perceber a complexidade da seca e da crise hídrica.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

As etapas da metodologia utilizada neste trabalho teve início com a escolha do jornal. O jornal cearense Diário do Nordeste, com sede na capital, Fortaleza, foi escolhido por ser um dos mais lidos em todo o território estadual.

A coleta de reportagens foi realizada via internet através do próprio *site* do jornal [www.diariodonordeste.verdesmares.com.br](http://www.diariodonordeste.verdesmares.com.br). O período escolhido para recolher o material foram os anos de 2013, 2014 e 2015 devido à grande quantidade de edições que se referiam ao tema. O procedimento de busca de dados se deu pela escolha da palavra-chave “Cinturão das Águas do Ceará”. Ao clicar a palavra surgiram centenas de reportagens.

Na triagem inicial foram selecionadas 290 matérias nos três anos. Em seguida foram lidas, resumidas e separadas por categoria. Seis categorias foram nomeadas de acordo com a frequência e a relevância da questão (objetivos e perspectivas, estratégica para a economia, combate à seca, convivência com a seca, visão crítica, preocupação com os atrasos).

## **RESULTADOS**

A pesquisa revelou que a maioria das reportagens se posicionou favorável ao CAC. Ao tratar a obra como estratégica, essencial para a economia cearense e redentora em relação ao combate à seca, o discurso jornalístico reflete a orientação política desse veículo de informação.

O CAC é uma obra do governo do estado do Ceará que foi apresentada pela Secretaria de Recursos Hídricos – SRH em 2009 e iniciada a sua construção em 2013. O orçamento total é estimado em R\$ 9 bilhões (do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do próprio governo do estado). O prazo de conclusão foi estimado em dez anos quando serão construídos três trechos e seis ramais conectados através de 1.338,65 km de canais de concreto, túneis e sifões. A previsão é que todas as bacias hidrográficas do estado estejam interligadas garantindo água para 93% do estado. O trecho 1, que corta a região sul do estado, é o único em execução, mas os trabalhos estão lentos devido ao contingenciamento dos recursos financeiros do governo federal (BRITO, 2015).

De acordo com o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental do CAC (EIA/RIMA, 2010), a obra está integrada ao Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco e prevê a utilização múltipla e

integrada da água buscando segurança hídrica para as populações e as atividades econômicas. Mais especificamente a implementação do CAC visa:

[...] garantir o suprimento hídrico de uma parcela representativa das populações difusas do meio rural e dos pequenos aglomerados urbanos [...]; das cidades interioranas de pequeno e médio porte e de algumas cidades grandes [...]; fornecer oferta hídrica para projetos de irrigação, em especial os com produção centrada no cultivo de frutíferas; [...] por fim, promover o desenvolvimento do turismo na região litorânea a oeste de Fortaleza [...] (EIA/RIMA, 2010, p11).

Fazendo uma relação direta entre CAC e seca foi possível identificar certa uniformidade nas matérias. O reducionismo crítico do material selecionado não provoca uma análise reflexiva nos leitores. O resultado disso é uma opinião pública convencida da importância da obra para o estado do Ceará.

As primeiras matérias analisadas datam do mês de janeiro de 2013, período de expectativas para o início das obras. Das 80 matérias veiculadas naquele ano 38% delas (31) possuíam um viés informativo.

Escrevendo sobre a engenharia da obra as matérias aproveitavam para informar os seus benefícios. No editorial intitulado de **Segurança hídrica**, publicado no dia 21 de julho, a obra é justificada com o argumento de que “objetiva solucionar os graves índices de baixa pluviosidade” (NORDESTE, 2013, p. 2). O editorial informa ainda que a obra vai eliminar os prejuízos agrícolas a partir de um novo modelo agrícola. “A contingência das secas impõe o padrão irrigado como imprescindível à sua prática”.

Com a baixa pluviosidade nos primeiros meses daquele ano, a matéria do dia 05 de março apresenta a possibilidade de mais uma seca. Na reportagem com o título **Ceará enfrenta risco de ter racionamento em abril** foi feita uma defesa das obras estruturantes que foram construídas no estado como o açude Castanhão, segundo a qual sem ele, “O Ceará inteiro já deveria estar beirando um colapso hídrico geral” (NORDESTE, 2013, p. 3). No texto fica explícita a opinião de que pequenas obras e ações emergenciais são apenas medidas paliativas sendo necessárias obras estruturantes como o CAC e a Transposição do Rio São Francisco.

Como a maioria dos leitores estava começando a conhecer o CAC, era necessário associá-lo a um projeto moderno onde a seca seria superada. Isso é posto no dia 09 de abril com a matéria **Seca ainda não interfere na exportação de frutas**. Sem profundidade no assunto o jornal tenta passar a imagem de que o fenômeno é apenas falta de água e bastariam alguns incentivos em determinados setores da economia para resolver o problema. Isso é algo que já vem acontecendo no estado. “Esta expansão em plena seca vem se desenvolvendo e salvando a produção em diversas regiões do Ceará” (NORDESTE, 2013, p. 26).

No ano de 2014, com a execução da obra em plena atividade, as matérias destacavam os seus benefícios econômicos. Das 111 reportagens, 41% delas (46) faziam alusão direta às vantagens proporcionadas pelo empreendimento a determinados setores da economia.

No dia 23 de novembro o jornal destaca o promissor setor do agronegócio cearense. Logo na capa o jornal informa que **Mesmo na seca agronegócio do Ceará se destaca no país**. Na primeira página do “Caderno Negócios” está escrito que a adversidade climática não chegou ao agronegócio, mas “o governo está tomando diferentes frentes para minimizar os efeitos da seca, com o Cinturão das Águas” (NORDESTE, 2014, p. 27).

Com os efeitos da estiagem no ano de 2014, as matérias referentes à seca ganharam espaço. Em sua maioria o CAC é apontado como a solução para o problema. No dia 16 de agosto, na matéria **Colapso hídrico pode chegar a 29 cidades até janeiro**, foi veiculado o mapa da seca revelando que para combater esse problema “uma das saídas mais aguardadas é mesmo o CAC” (NORDESTE, 2014, p. 35). Outra matéria publicada no dia 2 de fevereiro, (2014, p. 53), no “Caderno Regional”, a ideia é reiterada, “A grande alternativa do momento está sendo proposta pelo Cinturão das Águas. Possivelmente deverá receber água em 2015”.

As reportagens persistem na informação de que as águas do CAC beneficiarão todas as regiões do estado, inclusive aquelas que historicamente não sofrem com a escassez, mas que poderão sofrer,

como a região do Cariri, no sul do estado. Com duas matérias publicadas no “Caderno Regional”, é enfatizado que “uma das alternativas para tranquilizar o abastecimento seria o Cinturão das Águas” (2014, p. 54).

No ano de 2013 nenhuma matéria foi publicada no sentido de cobrar celeridade na execução da obra. Já no final de 2014 a lentidão nas obras já aparecia como preocupação. É o que informa a capa do dia 19 de dezembro **Água no sertão** ao noticiar que apenas 25% das obras estavam concluídas.

Essa cobrança e preocupação com os atrasos na execução da obra se intensificaram durante o ano de 2015. Observa-se que 44 das 99 matérias tiveram esse direcionamento. O editorial do dia 27 de março, Cortes federais à vista, já indicava a indignação com o contingenciamento do governo federal chamando a atenção dos políticos cearenses para importância da obra e para a urgência em concluí-la, pois a sua interrupção:

[...] seria um desastre, porque o projeto é fundamental no combate à seca. [...] O governo do Ceará precisa da continuidade desse fluxo de investimentos decisivos, sem os quais ficarão inibidos a maioria dos esforços para mudar o perfil econômico do estado. Este risco visível cada vez mais exige as atenções das lideranças políticas e empresariais enquanto é tempo (NORDESTE, 2015, p. 2).

No mês de outubro de 2015 duas capas voltaram a falar do tema. No dia 11, **Ceará não está preparado para receber a transposição**, há um tom de indignação com a falta de dinheiro. Já no dia 16, **Estado prevê investir R\$ 486 milhões no Cinturão das Águas**, é informado que o governo, apesar do contingenciamento, prioriza gastos com a crise hídrica.

Embora a categoria relacionada à preocupação tenha ocupado maior espaço nas matérias do ano de 2015, a ideia de combate à seca e o CAC como obra redentora na economia não deixaram de ser mencionados.

O tema de combate à seca foi tratado de forma sutil como ocorreu na edição do dia 26 de fevereiro com a seguinte capa: **Combate à seca terá R\$ 6 bilhões em investimento**. No texto, o CAC é visto como solução a médio e longo prazo.

A capa do dia 12 de fevereiro, **Mercado pela Seca**, faz referência ao centenário da grande seca de 1915. O editorial, **Recurso à água do mar**, faz críticas às gestões anteriores pela atual crise hídrica e chama atenção para ações individuais. O texto propõe medidas que evitem o desperdício com reúso de águas servidas, dessalinização da água do mar e armazenamento de águas pluviais, mas não deixa de falar do CAC como estratégia: “O cinturão das águas, em construção, está gerando emprego, fazendo girar a economia local e proporcionando renda aos trabalhadores urbanos e rurais engajados na construção dessa obra redentora” (NORDESTE, 2015, p. 2).

Na mesma edição, no “Caderno Negócios”, o jornal mostra que as grandes empresas estão preocupadas com a água. Em **CSP será agora a prioridade no Ceará** (2015, p. 19) é destacada a importância do Complexo Siderúrgico do Pecém (CSP) e os seus esforços em propor medidas alternativas ou de redução no uso da água. Sem informar que a siderurgia é uma atividade altamente dependente de água a matéria afirma que os recursos hídricos para operação da primeira etapa já estão garantidos.

Com o agravamento da estiagem e o atraso na construção do CAC as matérias relacionadas a outras possibilidades de convivência com a seca se ampliaram em 2015. É o que ocorre no editorial do dia 2 de fevereiro ao afirmar que “investimentos sólidos em tecnologia e obras estruturantes como a Transposição do Rio São Francisco e o Cinturão das Águas, são capazes de interromper, de maneira mais eficiente essa calamidade secular que insiste em castigar o Nordeste” (NORDESTE, 2015, p. 2).

Na capa da edição do dia 15 de fevereiro o jornal abriu um grande espaço para o tema. Na matéria intitulada **Agricultores driblam a seca com ações simples** especialistas de organizações da sociedade civil apresentam outras perspectivas além das grandes obras hídricas. No “Caderno Negócios”, em sete páginas, foram publicadas oito matérias destacando ações simples e tecnologias sociais que possibilitam viver com dignidade em regiões com pouca chuva. Dessas matérias apenas duas citam o CAC e foram agrupadas na categoria de convivência com a seca.

A seguir, na Tabela 1, serão apresentados os resultados das 290 matérias publicadas no jornal Diário do Nordeste correspondente aos anos 2013 a 2015.

Tabela 1 – Categorização das matérias publicadas no jornal Diário do Nordeste.

<b>ANO</b>	<b>CATEGORIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
2013	Objetivos e perspectivas	31
	Estratégica para a economia	12
	Combate à seca	11
	Convivência com a seca	2
	Visão crítica	2
	Preocupação com os atrasos	-
	Outras	22
	<b>TOTAL</b>	<b>80</b>
2014	Objetivos e perspectivas	12
	Estratégica para a economia	46
	Combate à seca	14
	Convivência com a seca	1
	Visão crítica	2
	Preocupação com os atrasos	3
	Outras	33
	<b>TOTAL</b>	<b>111</b>
2015	Objetivos e perspectivas	2
	Estratégica para a economia	8
	Combate à seca	7
	Convivência com a seca	5
	Visão crítica	2
	Preocupação com os atrasos	44
	Outras	31
	<b>TOTAL</b>	<b>99</b>

Fonte: Silva; Nobre (2015)

A categoria denominada de “outras” traz matérias em que o CAC não estava no centro da reportagem. No ano de 2013 as 22 matérias nessa categoria (outras) informavam a ocorrência de reuniões, audiências, início das obras, etc. Em 2014, ano de eleição, as 33 matérias publicadas e incluídas nessa categoria partiam principalmente de debates, entrevistas de candidatos e políticos. No ano de 2015, as 31 matérias agrupadas nessa categoria estavam relacionadas a visitas técnicas, a construção, formação de comissão para cobrar do governo federal, entre outras.

O caderno em que a matéria foi publicada pode revelar como a formação discursiva estabelece legitimidade. Entre os nove cadernos que constituem o jornal todas as reportagens se concentraram em três deles. Merece destaque a quantidade de matérias no “Caderno Negócios” no ano de 2013. Das 80 publicações, 41 delas, mais da metade, estavam nesse caderno.

Nesse período era necessário informar a importância econômica do CAC não apenas no combate à seca. Já em 2015, com a obra em plena execução, as matérias nesse caderno caíram para 16.

Em 2015, com o agravamento da crise hídrica e os atrasos na execução das obras, o CAC ganhou destaque nas primeiras páginas do jornal (Primeiro Caderno) incluindo reportagens de capa e editoriais. A seguir, a Tabela 2 mostra a posição que cada matéria ocupou no jornal.

Tabela 2 – Seção de publicação da reportagem no Diário do Nordeste.

ANO	SEÇÃO DA MATÉRIA	QUANTIDADE
2013	Primeiro Caderno	31
	Negócios	41
	Regional	8
	TOTAL	80
2014	Primeiro Caderno	41
	Negócios	51
	Regional	19
	TOTAL	111
2015	Primeiro Caderno	71
	Negócios	16
	Regional	99
	TOTAL	80

Fonte: Silva; Nobre (2015)

A tabela evidencia o aspecto econômico se sobrepondo a outros aspectos. Ao enfatizar a redenção econômica, a questão da seca não é problematizada sendo vista apenas como falta de água. Isso fica explícito até mesmo quando a reportagem não trata exclusivamente do tema (LEITÃO; SANTOS, 2012).

Se os aspectos econômicos são informados com maior frequência outros são omitidos, como os seus impactos socioambientais. Isso faz parte de uma estratégia discursiva, pois o que não está escrito também faz parte do discurso (ARAÚJO, 2012).

Os conflitos sociais provocados pelo CAC e a sua viabilidade ecológica praticamente não foram mencionados nas reportagens. Para o jornal, os impactos da obra seriam justificados pela urgente necessidade de aumento da demanda hídrica para a nova economia cearense.

Entre as poucas matérias dedicadas a esse tema tem destaque a publicação do dia 7 de junho de 2015. No texto, **Moradores alegam ser prejudicados**, as populações impactadas pela obra reivindicavam direitos que estariam sendo violados. Eram agricultores familiares da zona rural do Crato, na região do Cariri que, por meio de reuniões e audiências públicas, tentavam construir um debate popular e uma discussão profunda sobre o CAC.

## DISCUSSÃO

### A SECA E A CRISE HÍDRICA

A seca pode ser definida como um fenômeno natural marcado por processos geológicos e hidroclimáticos que ocorrem principalmente em áreas com ecossistemas frágeis como as terras áridas e semiáridas. Entre as principais características do fenômeno destacam-se a redução e a irregularidade das precipitações pluviométricas.

Analisando os registros da seca no Nordeste, Brito (2013, p. 121) argumenta que:

A seca pode ser classificada em três tipos: “seca meteorológica” – ocorre quando há prolongada e anormal ausência de chuvas; “seca hidrológica” – ocorre quando a redução das precipitações em meses historicamente chuvosos baixa o fluxo hidráulico e os rios não reabastecem os reservatórios; e “seca agrícola ou edáfica” – ocorre quando a redução das chuvas não consegue repor a umidade do solo na profundidade do sistema radicular das plantas e impede ou prejudica a produção.

No Brasil a água está distribuída de maneira irregular devido a uma grande variedade de processos climatológicos. Com precipitação média de 3.000 mm/ano, a região Norte detém 68% da água doce do país. O Nordeste, com precipitação média de 500 mm/ano, detém apenas 3%. Nessas condições, o Nordeste se encontra em situação de escassez que, segundo a ONU, isso ocorre quando há uma disponibilidade inferior a 500 m<sup>3</sup>/hab./ano. Com as mudanças climáticas, provocadas pelo aquecimento global, o ciclo hidrológico está sendo afetado podendo alterar os eventos de precipitação e seca. Para Tundisi (2014), uma profunda crise de abastecimento de água (crise hídrica) atingirá 41 milhões de habitantes no semiárido nordestino.

A região Nordeste ocupa uma área de 1.558.000 km<sup>2</sup>, 18% do território nacional, e constitui-se de uma variedade de condições físicas e sociais permitindo afirmar a existência de diferentes Nordeste (ANA, 2015). Entretanto, pensar a região dissociada da seca não é uma tarefa fácil. É como se não houvesse nesse recorte espacial áreas úmidas semelhantes ao centro-sul do país.

Nos últimos cinco anos o Nordeste vem sendo impactado por uma grande estiagem. No Ceará, um dos estados com maior porção territorial inserido no chamado polígono das secas, a situação vem se agravando. O governo estadual, em publicação do Diário Oficial no dia 29 de outubro de 2010, decretou situação de emergência em 79 municípios. Quatro anos depois a situação piora. Por meio do Decreto n. 31.619/2014, o governo afirmou que dos 184 municípios 176 estavam em situação de emergência. De acordo com a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos – Cogerh, até outubro de 2015 dos 153 açudes monitorados 125 estavam com volumes inferiores a 30%.

Apesar da ocorrência cíclica de períodos com baixa pluviometria, as tentativas de combate ao fenômeno quase sempre apresentaram propostas de curto prazo inapropriadas ao comportamento ambiental da região.

Entre as intervenções governamentais instituições foram criadas tendo a água e a seca como o centro do discurso regionalista. Em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), dez anos depois se transformou em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) e finalmente em 1945 passou a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. O eixo central da política do Dnocs destinava-se ao acúmulo de água através da construção de pequenos, médios e grandes açudes em todo o território nordestino (MONTE, 2005).

A criação do Banco do Nordeste (BNB), em 1952, e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, tinham como objetivo propor novas diretrizes para o desenvolvimento. Surgiu um desejo de modernização com tentativa de mudanças estruturais na economia com incentivos aos empresários de raízes locais. Mas na década seguinte esses órgãos acabaram sendo influenciados pela mesma elite política econômica que historicamente se apoiava no discurso de combate à seca (MONTE, 2005).

Para Silva (2003), nesse período não houve políticas articuladas e planejadas para a convivência com o semiárido. Os projetos se limitavam à construção de açudes e poços, a grande maioria, em propriedades privadas. As possíveis soluções antes de minimizar os problemas concentravam a estrutura fundiária e não reduziam a desigualdade social.

As ações de caráter emergencial e assistencialista aliviaram parcialmente a vida dos sertanejos. Mas não houve políticas estruturantes de médio e longo prazo. Na década de 1990 o Ceará inicia um processo de modernização de gerenciamento dos recursos hídricos. O estado se tornou pioneiro na criação de políticas de gestão de águas. O moderno caminho das águas foi sendo desenhado atrelado ao tradicional discurso de combate à seca.

Em 1992 foram estabelecidos pela Lei n. 11.996 a Política Estadual de Recursos Hídricos – Perh e o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos – Sigerh. Em 1993 foi criada a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – Cogerh e a Secretaria de Recursos Hídricos – SRH. Em 1994 foi instalado o primeiro Comitê de Bacia (CBH Curú) por técnicos da Cogerh (CHACON, 2007).

Todos esses organismos criaram um aparato burocrático que juntamente com outros órgãos, como a Fundação Cearense de Meteorologia – Funceme, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – Semace, começaram a desenvolver obras estruturantes no estado. Com objetivo de expandir, integrar e obter um melhor aproveitamento dos recursos hídricos foi construído o Canal do Trabalhador, o Eixão das Águas, o Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco, dezenas de pequenos e médios açudes, adutoras, o açude Castanhão e atualmente o CAC (MONTE, 2005).

Essas ações de gestão e obras provocaram uma integração maior entre as bacias hidrográficas do Ceará transferindo água de regiões com mais capacidade hídrica para outras que sofrem com escassez.

O caminho de águas perenizadas através de canais artificiais expandiu o mercado das águas em todo o território cearense alterando profundamente o uso do solo agrícola e da atividade industrial (SAMPAIO, 2007). Embora a população pobre e difusa no meio do sertão pouco tenha se beneficiado dessas obras estruturantes, é fato que o governo evitou um colapso de água principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF.

## A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE COMBATE À SECA

O uso da seca para execução de grandes obras hídricas não é compreendido apenas sobre o ponto de vista da escassez de água, uma vez que vai promovendo uma teia de relações políticas e econômicas. É um discurso que não é fechado em si metamorfoseando-se na produção de novos discursos. “O discurso, por princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática” (ORLANDI, 1999).

Para Albuquerque Júnior (2011), o discurso da seca na região Nordeste é uma invenção recente na história brasileira. Nela foram atribuídos valores de fora para dentro e depois fortalecido de dentro para fora tanto por meio da ciência, da arte e da literatura. As representações do Nordeste, entendida como parte do real, foram elaboradas na região Sul e Sudeste do Brasil, mas foi incorporada no discurso dos nordestinos e defendida como uma verdadeira nordestinidade.

A seca de 1877-79, considerada a maior do século, teve uma grande repercussão na imprensa sulista (BARBALHO, 2004).

[...] desde que a seca foi descoberta em 1877, como um tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no Estado, etc. O discurso da seca e sua indústria passam a ser a atividade mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos Estados do Norte (Nordeste), diante da decadência de suas atividades econômicas principais: a produção de açúcar e algodão. A seca torna-se o tema central no discurso dos representantes políticos do Norte, que a instituem como o problema de suas províncias ou Estados. Todas as demais questões são interpretadas a partir da influência do meio e de sua calamidade: a seca (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 72).

Enquanto o capitalismo se instalava na região Sudeste do Brasil o discurso regionalista do Nordeste se apoiava no passado e no rural. A cultura e a arte nordestina passavam uma imagem de tradicional e saudosa destacando figuras marcantes da violência rural e do catolicismo popular.

Nas matérias sobre Canudos e Padre Cícero, ambas publicadas pelo O Estado de S. Paulo, a primeira escrita por Euclides da Cunha, a segunda por Lourenço Filho, sobressaem as figuras do místico, do beato, do cangaceiro, do coronel, relacionadas, algumas vezes à pobreza da região causada pelas secas, ou a manifestações de uma natureza violenta e fanática das populações nortistas (BARBALHO, 2004, p. 158).

Na década de 1920 um movimento regionalista sediado na cidade de Recife comandado por Gilberto Freire produziu uma imagem da região muito arraigada ao tradicionalismo e ao saudosismo. Enquanto as cidades da região Sudeste manifestavam as novas ideias do modernismo sediando a Semana de Arte Moderna os intelectuais nordestinos permaneciam valorizando o meio rural e as tradições folclóricas.

Com a Revolução de 1930, período de redefinição do Estado Nacional, o poder das oligarquias rurais nordestinas foi ameaçado. É a literatura nordestina, principalmente, que vai liderar a resistência ao passado rural e oligárquico. Os Romances de Trinta retrataram uma realidade com fortes elementos históricos e aspectos sociais da época.

Romancistas como Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e José Américo de Almeida naturalizaram o Nordeste ao fatalismo climático. “O Quinze” de Rachel de Queiroz, “A Bagaceira” de José Américo de Almeida e “Menino de Engenho” de José Lins do Rego são romances regionais clássicos que “[...] terminam fazendo indiretamente da problemática social e climática da região uma espécie de brasilidade nordestina” (FILHO, 2003, p. 20).

Contribuíram para essa imagem a dramaturgia de Ariano Suassuna, que teve diversas peças transformadas e popularizadas no cinema e na televisão (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011). Suassuna inspirou o Movimento Armorial que tinha como objetivo valorizar a cultura popular a partir de uma natureza erudita.

Em Graciliano Ramos e Jorge Amado as figuras tipificadas do Nordeste (o cangaceiro, o coronel e o beato) tiveram um tom de heroísmo, de luta, de resistência. Não muito diferente fizeram as músicas de Dorival Caymmi e os filmes de Glauber Rocha. O posicionamento político desses autores produziu uma discreta mudança na matriz discursiva ao mesmo tempo em que reforçava a imagem nordestina (BARBALHO, 2004).

Os romances de Graciliano Ramos e Jorge Amado, da década de trinta, a poesia de João Cabral de Melo Neto, a pintura de caráter social, da década de quarenta, e o Cinema Novo, do final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, tomarão o Nordeste como o exemplo privilegiado da miséria, da fome, do subdesenvolvimento, da alienação do país. Tomando acriticamente o recorte espacial Nordeste, esta produção artística de esquerda termina por reforçar uma série de imagens e enunciados ligados à região que emergiram com o discurso da seca, já no final do século passado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 216).

Muitos artistas reforçaram a noção da seca como problema. Com o aumento da migração nordestina em meados do século XX, principalmente para a cidade de São Paulo, a imagem de uma região com economia rural em decadência em oposição ao Sudeste próspero e moderno é fortalecida. Migrantes como Luiz Gonzaga cantando a saudade da terra natal ecoava a ideia de que o único problema do Nordeste era a seca.

Durante a seca de 1953, compõe, com Zé Dantas, Vozes da Seca, na qual cobra proteção e providência por parte do Estado, sugerindo inclusive soluções a serem dadas para o problema, agenciando claramente enunciados e imagens do já quase secular discurso da seca (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 178).

Na pintura, a enorme repercussão de obras como “Os retirantes” de Candido Portinari impregnaram uma imagem do Nordeste como se fosse verdadeira.

Estas imagens cristalizam uma visibilidade do Nordeste e do nordestino que serão agenciadas por outras produções imagéticas posteriores. O retirante esquelético e de olho vazado de Portinari, com seus bordões de madeira para se apoiar, com seus meninos barrigudos e tristes, com suas trouxas na cabeça, se tornará imagem difícil de ser esquecida e de se fugir quando se vai mostrar a realidade regional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 280).

As imagens serão reproduzidas nas décadas seguintes; tanto a pintura como o cinema, a mídia e a literatura permaneceram trazendo uma visão preconcebida de imagens do senso comum.

No meio intelectual esse posicionamento de responsabilizar o clima pelo subdesenvolvimento da região foi duramente criticado por alguns pensadores. Merece destaque o trabalho do geógrafo pernambucano Josué de Castro, em sua obra “Geografia da Fome”, de 1946. O autor responsabilizava a elite política e econômica da região pela miséria e pobreza.

Mas foi a partir da década de 1980 que surgiu um novo imaginário do nordestino com a noção de convivência em contraposição ao discurso de combate à seca. Esse pressuposto, tendo como referencial a sociobiodiversidade da região, foi consolidado na década de 1990 quando mais de cinquenta organizações não governamentais constituíram a Articulação Semiárido Brasileiro – ASA.

Esse discurso foi concebido em um contexto mundial com a ideia de desenvolvimento sustentável quando o tema meio ambiente passou a influenciar as políticas públicas. Por meio da mobilização e do fortalecimento da sociedade civil organizada, a ASA vem construindo a noção de um território de possibilidades referenciado nos valores ecológicos, culturais e da justiça social. Para a ASA, acreditar que a seca é a responsável pelo subdesenvolvimento da região é uma forma de encobrir as ineficazes ações do poder público no chamado combate à seca.

Mas essa noção de convivência com o semiárido pode ser apropriada pelo modelo econômico dominante e os velhos discursos podem ser escamoteados. “[...] Há uma coexistência, que pode ser tanto cooperativa como conflituosa, entre os atores responsáveis pelo atraso e pela inovação” (CASTRO, 2010, p. 294).

Percebe-se que estas duas perspectivas, do combate à seca e da convivência com o semiárido, estão estreitamente articuladas com diferentes paradigmas de desenvolvimento que informam as percepções sobre aquela realidade, selecionam os problemas e os seus enfoques específicos e indicam os modelos válidos de intervenção na superação de seus problemas específicos (SILVA, 2003, p. 364).

Uma nova corrente econômica e política nordestina não vê o clima como problema, mas como aliado, para isso basta algumas adaptações tecnológicas. O clima quente e seco com pouca variação de temperatura pode favorecer práticas agrícolas modernas dificultando a reprodução de pragas. São grandes extensões de solos que com pequenas correções se tornam propícios para a fruticultura irrigada. “O clima aqui é um recurso inestimável, redentor, capaz de fazer surgir uma nova Califórnia, com mais vantagens que a outra, porque não tem uma estação com temperaturas mais baixas” (CASTRO, 1994, p. 2).

No caso do Ceará, desde a década de 1990 os governos fazem um grande esforço, principalmente no gerenciamento da água, para mudar a imagem de estado assolado pelo flagelo da seca e pobreza estrutural.

Não considerando os sistemas hídricos do setor elétrico, o Ceará sozinho possui 118 reservatórios com capacidade de armazenar acima de 10 hm<sup>3</sup>. Juntos, os estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia possuem 159 reservatórios.

A meta do governo cearense é integrar os eixos da infraestrutura hídrica para atender aos grandes centros urbanos e suas demandas humanas, turísticas, industriais e da agricultura irrigada. O estado usa o *marketing* do sol, do calor, do mar e da água barata para substituir a imagem do Ceará rural e tradicional por um Ceará urbano com uma economia voltada para a industrialização, irrigação e turismo.

## QUEM SE BENEFICIA COM O DISCURSO DA SECA

Não é justo afirmar que a seca e mais recentemente a crise hídrica não passam de uma invenção. Não se pretende com esse trabalho negar os dramas sociais provocados pela seca, visto que as populações mais pobres, difusas no meio do semiárido, sabem exatamente as dificuldades de viver nesse clima. Mas, a seca somada à crise hídrica foi construída pelas escolhas políticas e econômicas feitas pelos governos em âmbitos federal, estaduais e municipais.

[...] a culpabilidade da natureza é um artifício ideológico usado para encobrir as questões estruturais geradoras da miséria: a concentração das terras, das riquezas e do poder, combinada com a exploração do trabalho humano, o mau uso dos recursos públicos e o abandono da região a uma lógica econômica que concentra os investimentos em áreas dinâmicas, descartando as áreas tradicionais ou estagnadas (SILVA, 2003, p. 380).

O atual período de estiagem chegando ao quinto ano seguido em 2016 é fruto de um ciclo natural, característica própria do semiárido. O fenômeno tem se intensificado com o aquecimento global, mas a escolha do modelo de desenvolvimento e da gestão de água é que tem transformado esse fenômeno natural em tragédia social.

Uma nova elite econômica defende que essas deficiências do meio podem ser compensadas com investimento em tecnologia através do Estado. No meio rural a percepção de obstáculo para o progresso vai sendo superada com irrigação e tecnologia, pois esse território “[...] deixou de ser um problema para ser uma solução. Nesse sentido, caberia ao governo federal dotá-lo de um elenco de programas a fim de torná-lo mais atrativo do ponto de vista econômico” (FILHO, 2011, p. 27).

Para a nova economia agrária cearense, o promissor setor de frutas irrigadas vem sendo considerado como o eixo de sustentação econômica. Os aspectos climáticos aparentemente distantes dos aspectos econômicos e sociais agora são reforçados quando a tecnologia, a competitividade e o mercado internacional se tornam a chave para o progresso.

O estado do Ceará, nessa conjuntura, vem passando, nas últimas décadas, por importantes mudanças em sua dimensão socioespacial, transformações que ocorrem principalmente em função da introdução das novas dinâmicas da racionalização capitalista que operam no estado (CAVALCANTE, 2012, p. 186).

Com produção voltada para exportação, os investidores privados são atraídos por isenções fiscais; infraestrutura; recursos naturais disponíveis como terra e água; mão de obra barata e abundante e fragilidade nas legislações ambiental e trabalhista.

Com uma alta demanda por água, os grandes empresários do agronegócio recebem descontos especiais para o seu uso. Para a elite política cearense é necessário oferecer condições para atrair os investidores.

A água vista como um recurso é fundamental nesse processo de desenvolvimento e modernização do Ceará. “Era a seca não mais sendo usada pela famigerada indústria da seca, mas para promover o grupo dos industriais da seca. A acumulação das águas continua servindo para beneficiar interesses privados; mudam os atores, permanecem os papéis” (MONTE, 2005, p. 332).

Espaços que já foram esquecidos pelo poder público tornaram-se atrativos e estão sendo incorporados na produção agrícola empresarial e na indústria pesada. O atual modelo político cearense

[...] levou à frente uma intervenção planejada na economia, o que oportunizou uma reestruturação territorial, garantindo fluidez e interconexão aos movimentos, essenciais para que algumas mudanças pudessem ser firmadas em sintonia com as demandas da globalização (ELIAS; PEQUENO, 2013).

Na região da Chapada do Apodi, cidades como Limoeiro do Norte e Quixeré, estão desde a década de 1990 tendo uma expansão de toda a cadeia produtiva ligada ao agronegócio. A região, conhecida como Baixo Jaguaribe, oferece condições ideais para os investidores: terra e água, topografia plana, proximidade aos principais portos das capitais nordestinas, existência de infraestrutura e grandes perímetros irrigados públicos (MARINHO, 2010).

Além da agricultura moderna, o setor industrial desperta interesse para a acumulação capitalista. São novos territórios estratégicos, ainda que seletivos (CAVALCANTE, 2012). O Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, localizado a 45 km de Fortaleza, foi instalado em local estratégico com infraestrutura de transporte, água e energia.

O CIPP, anunciado como salto de qualidade no processo de desenvolvimento do estado, vem sendo implantado há mais de quinze anos, para abrigar o porto e, como âncora, uma companhia siderúrgica, constituindo um polo metal-mecânico, petroquímico, além de outras indústrias de base e de uma Zona de Processamento de Exportações (RIGOTO, 2009, p. 2052).

A construção do Porto do Pecém é fundamental para inserção do estado na lógica da produção e do consumo globalizado. O porto já é o segundo maior exportador de frutas do Brasil. Em 2009 o porto movimentou 2,1 milhões de toneladas de mercadoria. Em 2014 o movimento atingiu 8,2 milhões de toneladas, principalmente frutas, minérios e combustíveis minerais (ADECE, 2015). Entre as frutas exportadas destaque para o melão. Foram exportadas 92 mil toneladas de um fruto que requer uso de muita água.

No CIPP já se encontra a Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP que teve origem com a parceria entre a Vale S.A., ex-estatal brasileira, com a Dongkuk e Posco, da Coreia do Sul. Prevista para entrar em operação em 2016, a CSP produzirá aço a partir da transformação do minério de ferro (ADECE, 2015).

A geração de energia a partir do carvão mineral é outra atividade estratégica do CIPP. A termelétrica movida a carvão, assim como a siderurgia, são atividades dependentes de muita água que podem provocar inúmeros impactos aos serviços ambientais e à saúde humana (RIGOTO, 2009).

Outras atividades industriais estão sendo desenvolvidas no interior do estado. Na região central a produção de urânio usado na energia nuclear se apresenta como uma atividade econômica promissora. A mina de Itataia, em Santa Quitéria, é a maior reserva de urânio do Brasil. De acordo com Medeiros e Diniz (2015), a exploração do minério, além dos altos custos e dos danos à saúde humana e ao meio ambiente, exige grande quantidade de água.

Para o projeto Santa Quitéria, o Governo do Estado arcará com as obras de infraestrutura, com o fornecimento de energia, estradas, capacitação da mão de obra e abastecimento de água. Esse último item, tão escasso para os agricultores, será farto para a mineração. Cito como exemplo a comunidade Riacho das Pedras, que, com 105 famílias, recebe 130 carros-pipa de água por mês, enquanto para a mina, serão necessários 120 carros-pipa por hora (MEDEIROS; DINIZ, 2015, p. 92).

Além da indústria pesada no setor de serviços, merece atenção o crescimento do turismo. O Estado desenvolveu um polo turístico com padrões internacionais aproveitando uma extensa faixa de 573 quilômetros de planície litorânea. O setor conta com políticas voltadas para o seu fortalecimento como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense – Prodeturis e o Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur/CE. São políticas que têm como objetivo promover mais investimentos melhorando a infraestrutura e o planejamento territorial da atividade (ELIAS; PEQUENO, 2013).

Para todas essas atividades, a água é um insumo fundamental. Com essas inovações na política econômica cearense ocorreu um crescimento da produção e do consumo. Ao priorizar os segmentos sociais que sempre estiveram no poder “[...] a inserção do Estado do Ceará numa produção e consumo globalizados tem se dado de forma conservadora, social e territorial, acentuando as históricas desigualdades” (ELIAS; PEQUENO, 2013).

O que esse discurso de modernização e progresso em áreas estratégicas camufla são os graves problemas sociais e ecológicos. “Ao priorizar atividades competitivas, como o turismo e a agricultura irrigada para a exportação, o governo deu sinal verde para o retalhamento fratricida da região” (FILHO, 2011, p. 31).

O uso abusivo da água em determinados setores da economia compromete o abastecimento humano. A agricultura irrigada, por exemplo, é um setor em franca expansão. No Nordeste as regiões hidrográficas do São Francisco e do Nordeste Oriental estão entre as áreas de maior consumo do Brasil para o setor (ANA, 2015). A atividade utiliza predominantemente técnicas perdulárias como irrigação por inundação ou com pivôs centrais.

Isso resulta em outro grave problema que é a qualidade da água. Em várias regiões do Ceará a água está contaminada por agrotóxicos e metais pesados. Na região do Baixo Jaguaribe já foram encontrados doze variedades de princípios ativos de agrotóxicos (RIGOTTO; AGUIAR, 2015).

O uso de tecnologias, políticas públicas e práticas sociais inapropriadas ao contexto ambiental perpetuam a histórica e dramática imagem da seca como sinônimo de morte. No Ceará a terra ainda está concentrada, a água privada e as comunidades tradicionais estão sendo desterritorializadas.

Com o argumento de modernizar a economia matando a sede, gerando emprego e energia, o Estado beneficia poderosos grupos econômicos que de alguma forma sempre estiveram vinculados aos que sempre lucraram com a indústria da seca.

## CONCLUSÕES

A noção de convivência com a seca apresentada há mais de quatro décadas não conseguiu superar o famigerado discurso de combate ao fenômeno que se perpetua nas páginas dos jornais, seja para justificar a pobreza da região ou para viabilizar grandes obras hídricas.

O discurso de combate à seca é reproduzido inclusive por aqueles que se dizem os promotores da mudança. São exatamente os mesmos que não querem transformar a estrutura econômica. São discursos ancorados em construções simbólicas que transformou a seca em uma poderosa indústria promovendo políticas e grandes obras hídricas (ESPÍNDULA; CARVALHO, 2014).

Entre essas políticas de desenvolvimento está o CAC. Com uma articulada campanha publicitária, a obra foi bem recebida pela opinião pública cearense. Entretanto, as matérias jornalísticas, principalmente na imprensa escrita, não se aprofundam ao tema. Preocupadas com os objetivos finais do empreendimento, as reportagens omitem o processo de execução que está sendo extremamente penoso para as populações atingidas. Ao silenciar esses atores sociais a imprensa reforça o discurso (ARAÚJO, 2012).

Os discursos dos jornais impressos não refletem apenas um posicionamento político favorável à obra. Esse discurso é reflexo de um projeto ideológico dominante. Discursos são manifestações de interesses. A classe dominante utiliza a mídia para convencer a população de que o seu interesse é o interesse de todos (ARAÚJO, 2012).

O CAC, visto como a salvação no combate à seca, é apenas uma engrenagem disseminada pela classe dominante para manutenção da estrutura econômica. São estratégias entre muitas outras que sustentam as relações de poder.

Diante da realidade climática da região as grandes obras acentuam os conflitos colocando o gerenciamento da água como prioridade na formulação de políticas econômicas. Inúmeros estudos referenciados neste trabalho demonstram que as ações do Estado têm uma preocupação excessiva com a quantidade em detrimento da qualidade. Não há fiscalização e punição ante a contaminação e poluição; o desperdício com práticas perulárias são irreversíveis; falta saneamento e existem poucas ações de recuperação em áreas degradadas.

O semiárido nordestino é o mais chuvoso do mundo e com tecnologias apropriadas é possível viver com dignidade nesse espaço. Entre as possibilidades estão o armazenamento adequado da água da chuva em reservatórios familiares ou comunitários, a implantação de uma política de reúso da água, a hierarquização do uso, a redução e prioridade ao consumo humano e a melhoria da sua qualidade.

Assegurar a disponibilidade hídrica envolve um grande desafio devido aos interesses que envolvem a questão. No estado do Ceará, com o atual modelo econômico, a segurança hídrica dificilmente será alcançada.

## REFERÊNCIAS

ADECE, Agência do Desenvolvimento do Ceará. Disponível em: <<http://www.adece.ce.gov.br>> Acesso em: 27 out. 2015.

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANA, Agência Nacional de Águas. *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: informe 2014* – Brasília: ANA, 2015.

ARAÚJO, C. E. de. *A partir das águas: argumentações midiáticas, resistência popular e a transposição do Rio São Francisco*. (Tese) – Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS, UnB, Brasília, 2012.

ASA, Articulação Semiárido Brasileiro. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>> Acesso em: 06 nov. 2015.

BARBALHO, A. *Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo*. Alceu. v. 4, n. 8, p. 156-167, 2004.

BRITO, A. C. R. O CAC – *Cinturão das Águas do Ceará e as (des)continuidades das grandes obras na América Latina*. In: Anais... XI ENANPEGE: Presidente Prudente, 2015.

BRITO, F. B. de. *Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do Rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste)*. 2013, Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, 2013.

CARVALHO, L. A.; ESPÍNDULA, D. H. P. *Vozes da seca: representações da transposição do Rio São Francisco*. Arquivos. v. 66, n. 1, p. 135-151, 2014.

CASTRO, I. E. de. *Da seca como tragédia à seca como recurso, velhos e novos discursos, velhos e novos territórios*. In: Anuário do Instituto de Geociências. v.17, p.1-3, 1994.

\_\_\_\_\_. *Seca versus seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste*. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). Brasil: questões atuais da Reorganização do território. 6. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 283-324, 2010.

CAVALCANTE, E. O. *O estado crítico da modernização: uma análise a partir do turismo cearense*. Revista do Departamento de Geografia – USP, v. 24, p.185-207, 2012.

CEARÁ, Governo do Estado. Secretaria de Recursos Hídricos. Estudo de Impacto Ambiental – EIA, *Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Estudo de viabilidade técnico-econômica, estudo ambiental e anteprojeto do trecho Jatí - Cariús do Cinturão de Águas do Ceará* – CAC. 2010.

CHACON, S. S. *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007.

COGERH, Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://portal.cogerh.com.br>> Acesso em: 2 out. 2015.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. *Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará*. Mercator, v.12, n. 28, p. 95-112, 2013.

FILHO, M. Z. *O fim do Nordeste e outros mitos*. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br>> Acesso em: 07 nov. 2015.

LEITÃO, J. A.; SANTOS, M. S. T. *Imagem jornalística e representações sociais: a imagem dos Sertões*. Intercom – RBCC, v. 35, n. 1, p. 133-155, 2012.

MARINHO, A. M. C. P. *Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe-CE: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e ambiente*. (Tese) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MEDEIROS, M. A.; DINIZ, A. S. *A mina de Itataia em Santa Quitéria-CE: o urânio e os riscos da exploração*. Revista da Casa da Geografia de Sobral/CE, v. 17, n. 1, p. 80-96, 2015.

MONTE, F. S. de S. *O uso e controle das águas no processo de modernização do estado do Ceará: o caso da barragem do Castanhão*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 1999.

RIGOTO, R. *Inserção da saúde nos estudos de impacto ambiental: o caso de uma termelétrica a carvão mineral no Ceará*. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 14, n. 6, p. 2049-2059, 2009.

RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P. *Modelo produtivo do agronegócio, agrotóxicos e saúde humana*. In: MITIDIERO JR, M. A. *et al.* (Org.) *A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais*. São Paulo. Outras expressões, 2015.

SAMPAIO, J. L. F. *As águas, a seca e o estado*. In: SILVA, J. B. (Org.) *Ceará: um novo olhar geográfico*. 2. ed. Edições Demócrito Rocha: Fortaleza, 2007.

SILVA, R. M. A. da. *Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido*. *Sociedade e Estado*, v.18, n.1/2, p. 361-385, Brasília, 2003.

TUNDISI, J. G. *Recursos hídricos no Brasil: problemas, desafios e estratégias para o futuro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2014.